



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
Secretaria de Engenharia

COMUNICAÇÃO INTERNA N. SENG/389/2020

e-PAD 34235/2020

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2020.

A Sua Senhoria o Senhor

**Antônio Costa da Silva**

Secretário de Licitações e Contratos

**Senhor Secretário,**

Trata o presente expediente da análise da impugnação do Edital, interposto pela empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, cujo objeto é a contratação de companhia seguradora para cobertura dos bens imóveis sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

A impugnação versa sobre o subitem 5.1.1.1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, transcrito abaixo:

*“5.1. Para participar do certame, a empresa deverá apresentar:*

*5.1.1. No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, comprovando que mantém ou manteve contrato de seguro compatível com o objeto deste Pregão.*

*5.1.1.1. Será considerado compatível o contrato de seguro com cobertura dos riscos descritos no item 3.1, devidamente registrado na SUSEP, com VRD total de valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).”*

De início, cumpre destacar que a exigência de apresentação de atestado técnico como condicionante para qualificação técnica do licitante apresenta amparo legal, conforme previsão expressa no inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**Secretaria de Engenharia**

*“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;”*

O supracitado normativo ainda determina que a Administração Pública defina critérios objetivos para aferir a capacidade técnico-operacional dos interessados, exigindo que os atestados sejam compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, respeitando assim os princípios da impessoalidade e transparência.

Nesse contexto, entende-se ser necessário estabelecer um parâmetro de grandeza mínima de bens já segurados em outra contratação similar de forma a garantir a possibilidade de participação daqueles que tenham real capacidade potencial para desenvolver os serviços com a segurança que o interesse público requer.

Assim, atendido o princípio da razoabilidade ao se determinar um percentual aproximado de 10% (R\$ 30.000.000,00) do Valor em Risco Declarado total da contratação que se pretende realizar (R\$ 311.233.744,40).

Em relação ao subitem 5.1.1.1, no que diz respeito ao termo “devidamente registrado na SUSEP”, esclarecemos que faz referência ao documento que formaliza o contrato de seguro, a contratação propriamente dita, ou seja, a apólice de seguros. O Edital não exige que o atestado esteja registrado na SUSEP.

Assim, considerando que os itens impugnados pela Mapfre Seguros S/A não constituem restrição editalícia e, com vistas à obtenção da melhor proposta à Administração, no interesse público, em termos técnicos de engenharia, não apresentamos restrições à manutenção da redação apresentada no Edital.

Atenciosamente,

**Hudson Luiz Guimarães**  
Secretário de Engenharia